



**VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA
DE S. FRANCISCO DA CIDADE**

RELATÓRIO E CONTAS

2020

16 MARÇO 2020

RELATÓRIO DE GESTÃO

O Resultado do Exercício de 2020 foi de -2.371.992 euros

Este Resultado assenta em Rendimentos de 9.537.765 euros e em Gastos de 11.166.391 euros, com Amortizações de 743.366 euros.

Assim, o Resultado Operacional foi de – 1.628.626 euros.

Os Rendimentos diminuíram face ao ano de 2019 em cerca de 36%.

Os Gastos só tiveram um decréscimo de 22% em relação ao ano anterior.

Um ano marcado pela pandemia.

O ano de 2020 é completamente marcado pela pandemia do COVID 19 e pelos efeitos devastadores causados ao país, ao sector da saúde e, naturalmente, ao Hospital da Ordem Terceira Chiado (HOTC).

Além de uma inevitável redução da atividade do Hospital, como se analisará mais adiante, a pandemia obrigou a gestão de topo a tomar algumas decisões de fundo em resposta aos acontecimentos.

A primeira, e mais importante decisão, foi a de garantir todos os postos de trabalho, quer os das pessoas do quadro, quer dos contratados a termo quer, ainda, das pessoas a trabalhar em regime de avença. Esta decisão, obviamente com prejuízos económicos e financeiros, permitiu ao Hospital garantir o emprego a todos e, assim, também aos que tinham uma relação mais precária, evitando situações de desemprego, algumas delas potenciadoras de graves problemas familiares e sociais.

Uma outra decisão importante foi de o HOTC se ter candidatado aos apoios do Estado para o designado *layoff*. Com esta medida o Hospital foi beneficiado em cerca de 151.000 euros, o que permitiu reduzir os problemas financeiros neste período. O HOTC esteve um mês com 2/3 das pessoas em *layoff* e no mês seguinte com 1/3 das pessoas. Importante sublinhar é que o Hospital nunca esteve fechado.

No seguimento do que já vinha sendo feito no ano anterior, manteve-se a decisão de reduzir substancialmente o número de cirurgias SIGIC, pelo motivo dos hospitais públicos não estarem a pagar atempadamente essas cirurgias.

Serviços como o Atendimento 8 /20 foi suspenso, pois o número de doentes a apresentar-se a ele foi imensamente reduzido. Aguarda-se por uma clara retoma de doentes ao Hospital para reabrir este serviço.

Todo o atendimento do Hospital teve que se adaptar às condições desta pandemia, em diversas situações, desde uma diminuição no número de lugares de espera nos diferentes serviços, até à necessidade de apresentar proteções quer nos balcões de atendimento quer nos atos médicos.

As Contas

As Contas evidenciam um ano com um prejuízo significativo resultante da redução da atividade do Hospital, ou seja, apresentando um grande decréscimo dos rendimentos. A redução também verificada nos gastos não foi, porém, suficiente, originando um valor negativo acentuado nos resultados.

No entanto o grau de cobertura dos Capitais Próprios em relação ao Ativo total subiu de 2019 para 2020, passando de cerca de 73% para 74%.

Os gastos com o Pessoal decresceram de 4.007.359 euros em 2019 para 3.714.130 euros em 2020, o que representa uma diminuição de cerca de 7%. Isto apesar do número de Colaboradores do Hospital se ter, genericamente, mantido. A decisão do Conselho Diretivo de não despedir ou dispensar ninguém, por razões de ordem social, não permitiu que o decréscimo fosse maior. Mas há ainda a considerar os valores extraordinários que o Estado concedeu ao HOTC por este se ter candidatado a apoios no âmbito da pandemia e que minoraram o valor final dos custos com o Pessoal em 2020.

O valor da Situação Líquida do Hospital foi, naturalmente, reduzido pelo elevado prejuízo verificado no exercício financeiro.

A Atividade do Hospital

A atividade desenvolvida pelo HOTC no passado ano de 2020 foi naturalmente marcada pela pandemia.

O número de cirurgias, consultas e exames realizados no Hospital sofreram um considerável decréscimo relativamente ao ano anterior.

Concretamente:

O total de Cirurgias realizadas em 2020 foi de 3.735, significando menos 42% que em relação a 2019. Se não forem consideradas as cirurgias SIGIC nesta análise, pois a redução do número de cirurgias SIGIC foi uma decisão de gestão do HOTC, o decréscimo em relação a 2019 foi de 33%. De 2016 a 2019 o número de cirurgias andou sempre acima das 6.000, valor que se pretende manter e aumentar nos próximos anos.

O total de consultas realizadas em 2020 foi de 30.247, que em comparação com as 45.869 realizadas no ano anterior significa uma redução de 32% na atividade desenvolvida. Entre 2016 e 2019 o número total de consultas andou sempre acima das 45.000 tendo-se registado mesmo em 2019 um incremento de 3% no seu número, o que era um sinal encorajador para o futuro.

Finalmente, no que respeita ao número de exames realizados, constata-se um decréscimo de 65.604 para 45.445, que se traduz numa redução de 31%. De 2016 até 2020 tinha-se registado um decréscimo de apenas 6%.

Pode-se afirmar, em conclusão, que o nível de atividade do HOTC foi afetado em cerca de um terço em todas as suas vertentes da prestação de serviços comparativamente ao ano anterior, devido quase exclusivamente ao surto pandémico.

A situação financeira

Entre 31/12/2019 e 31/12/2020 a situação de tesouraria do HOTC teve um desvio negativo de 18,8%, embora continue a apresentar valores significativos apesar da redução da atividade em cerca de 1/3.

O Hospital continua, no entanto, confrontado com o enorme atraso dos hospitais públicos em proceder aos pagamentos das cirurgias SIGIC. De facto, à data de 31/12/2020 a dívida destas entidades ao HOTC ascende a 5.063.949 euros. Se considerarmos que cerca de 1.873.661 euros respeitam a honorários médicos, os restantes 3.190.288 euros estão a faltar à tesouraria do Hospital. Em 2020 foi recebido um total de 2.138.014 euros dos hospitais públicos.

A atual situação financeira permite olhar para o futuro com alguma esperança, mas exigindo uma atuação no sentido de economicamente elevar os níveis de rentabilidade do HOTC, sem o que, este panorama se pode alterar profundamente.

Os Investimentos

O ano de 2020 ficou marcado pelo elevado investimento na área dos Sistemas de Informação, nomeadamente na infraestrutura informática (*software* e equipamento).

Na sequência da deteção de algumas anomalias o Conselho Diretivo mandou efetuar uma auditoria a todos os equipamentos estruturais existentes nos Sistemas de Informação de que resultou a necessidade de um conjunto de investimentos que assegurassem uma normal e segura utilização dos mesmos. Trata-se de um trabalho ainda em curso e cujos investimentos se irão prolongar pelo ano de 2021.

No entanto, no ano de 2020 o investimento total efetuado nesta área ascendeu a 161.774 euros. Este nível de investimento foi acompanhado de um acréscimo de gastos informáticos de 2020 em relação a 2019 de cerca de 34.874 euros, resultando num crescimento de 64%. Os gastos em 2020 foram de 89.147 euros.

De salientar que a totalidade do investimento atrás referido será amortizado no decorrer dos próximos quatro anos, sendo o montante de depreciações associado de cerca de 43.614 euros anuais.

Para além dos Sistemas de Informação, durante 2020 realizaram-se investimentos em outras áreas do Hospital, designadamente com o objetivo de manter muitos equipamentos técnicos em bom funcionamento.

Os Recursos Humanos

O principal objetivo do atual Conselho Diretivo tem sido dotar o HOTC de mais e melhores quadros médios e superiores para que o futuro do hospital esteja garantido quanto ao valor da sua componente humana.

A entrada de pessoas para cargos de responsabilidade e a promoção dos melhores quadros internos tem sido uma política fundamental.

O HOTC tem conseguido manter a estabilidade na sua estrutura de pessoal mantendo o equilíbrio relativamente ao número de saídas e entradas de pessoal. De 2016 para 2020 passou-se de 191 para 196 pessoas no quadro, valor que a 1 de janeiro de 2021 já era de 189.

Políticas futuras

O futuro está ainda muito dependente da evolução da crise pandémica.

O início de 2021 vive com todas as condicionantes desta situação e não se sabe se pode vir a ser resolvida durante o ano.

Esta situação tem consigo uma característica que é muito complicada de ser resolvida: o medo das pessoas em recorrer com normalidade aos cuidados de saúde. O medo é uma das principais características de toda esta problemática. E conseguir acabar com o medo dos doentes é tarefa muito difícil.

Não se espera, pois, que a retoma dos serviços médicos ocorra imediatamente. Poderá haver um período de alguma espera para a retoma total do número de doentes no meio hospitalar. Isto refletir-se-á na atividade do HOTC e conseqüentemente nos seus resultados contabilísticos.

Assim, o que se pode esperar é uma retoma lenta da atividade com poucos reflexos ainda em 2021 mas certamente já mais positiva para os anos seguintes se esta ou outra pandemia não assolarem o país e o mundo.

A aposta será sobretudo em recuperar níveis de atividade mais próximos dos atingidos nos últimos anos.

Só depois de ser clara a evolução/recuperação dos níveis de atividade se poderá preparar devidamente os setores da saúde onde mais deveremos atuar. No entanto, e para já, e por este Hospital ser uma instituição de solidariedade social com objetivos sociais de ajuda ao próximo, serão fomentadas as cirurgias SIGIC em algumas especialidades como forma de fazer diminuir as filas de espera, para esses atos médicos, nos hospitais civis da região da Grande Lisboa. Esta será a forma imediata como o HOTC vai responder às dificuldades resultantes da pandemia para os hospitais do Estado.

Acontecimentos relevantes após o fecho

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

É no entanto de referir que, desde o dia 15 de janeiro de 2021, o Governo Português tem declarado novos períodos de estado de emergência, obrigando a novos confinamentos devido à continuação da disseminação do coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19). Não obstante as incertezas, e a ausência de quantificação dos impactos gerados pela atual situação descrita, o Órgão de Gestão entende que o pressuposto de continuidade das operações, consubstanciado

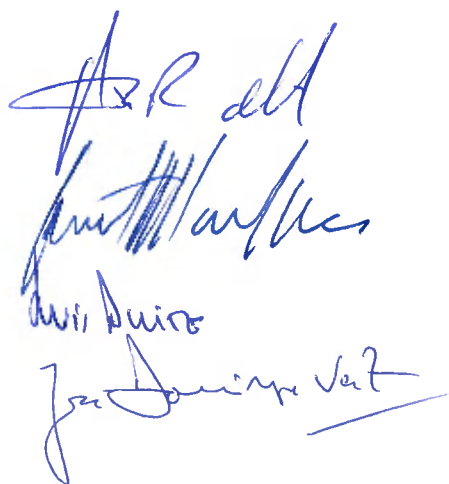
pele descrito na nota 3.1.2 e na nota 25 do Anexo às Demonstrações Financeiras, se mantém apropriado.

Após o encerramento das contas não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas mesmas.

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado apurado no valor de -2.371.992 euros seja levado a Resultados Transitados.

Lisboa, 16 de março de 2021



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'João Augusto Vaz' at the bottom.

Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Cidade

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2020

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade.....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	9
3.1. Principais Políticas Contabilísticas.....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
3.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	17
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	17
4.1. Propriedades de Investimento	18
5. Ativos Intangíveis	19
6. Investimentos financeiros	20
7. Inventários.....	20
8. Créditos a receber	20
9. Estado e outros entes públicos	21
10. Outros Ativos Correntes.....	21
11. Diferimentos.....	21
12. Caixa e depósitos bancários	22
13. Fundos Patrimoniais.....	22
14. Financiamentos Obtidos	22
15. Fornecedores.....	23
16. Outros passivos correntes.....	23
17. Vendas e serviços prestados	23
18. Subsídios, doações e legados à exploração.....	24
19. Fornecimentos e serviços externos.....	24
20. Gastos com o pessoal.....	24
21. Aumentos/Redução de Justo Valor	25
22. Outros rendimentos	25
23. Outros gastos	26
24. Outras divulgações	26

25.	Impactos derivados da pandemia COVID-19	26
26.	Acontecimentos após a data do balanço	28
27.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	28



Balança

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

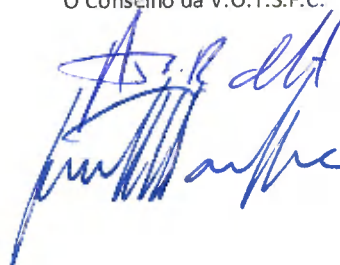
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	8 752 719	9 125 588
Ativos intangíveis	5	63 400	43 004
Investimentos financeiros	6	26 158	20 279
Subtotal		8 842 278	9 188 871
Ativo corrente			
Inventários	7	409 008	528 499
Créditos a receber	8	5 388 613	4 287 141
Estado e outros Entes Públicos	9	2 514	5 167
Outros ativos correntes	10	2 506 745	6 129 939
Diferimentos	11	24 292	53 049
Caixa e depósitos bancários	12	2 371 331	3 011 036
Subtotal		10 702 502	14 014 831
Total do ativo		19 544 780	23 203 702
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	1 722 476	1 722 476
Reservas	13	10 384 943	10 384 943
Resultados transitados	13	4 566 040	5 007 555
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	13	189 885	208 554
Resultado Líquido do período		-2 371 992	-441 516
Total dos fundos patrimoniais		14 491 351	16 882 012
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	14	0	5 821
Subtotal		0	5 821
Passivo corrente			
Fornecedores	15	849 137	1 405 860
Estado e outros Entes Públicos	9	134 816	136 982
Financiamentos Obtidos	14	3 524	10 019
Diferimentos	11	1 628	1 696
Outros passivos correntes	16	4 064 324	4 761 312
Subtotal		5 053 429	6 315 868
Total do passivo		5 053 429	6 321 689
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		19 544 780	23 203 702

Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Cidade, 16 de Março 2021

O Contabilista Certificado nº. 75530



O Conselho da V.O.T.S.F.C.



Demonstração dos Resultados por Naturezas

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA CIDADE

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária:

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	17	9 204 032	14 531 418
Subsídios, doações e legados à exploração	18	151 127	1 582
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-2 214 933	-3 280 998
Fornecimentos e serviços externos	19	-5 143 075	-7 066 763
Gastos com o pessoal	20	-3 714 130	-4 007 359
Aumentos/reduções de justo valor	21	-9 688	-5 434
Outros rendimentos	22	182 605	259 735
Outros gastos	23	-84 565	-113 837
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1 628 626	318 344
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-743 366	-759 860
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2 371 992	-441 516
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		-2 371 992	-441 516
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-2 371 992	-441 516

Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Cidade, 16 de Março 2021

O Contabilista Certificado nº. 75530

Elisabel Albuquerque

O Conselho da V.O.T.S.F.C.

[Handwritten signatures]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA CIDADE

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		11 656 281	13 849 596
Pagamentos de subsídios		-5 821	-2 210
Pagamentos de apoios		-246	-1 003
Pagamentos a fornecedores		-8 341 557	-10 544 148
Pagamentos ao pessoal		-3 763 663	-3 935 404
Caixa gerada pelas operações		-455 007	-633 168
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		175 463	159 467
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-279 544	-473 702
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-342 913	-307 005
Activos intangíveis		-55 908	-25 793
Investimentos financeiros		-6 062	-7 672
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		18 030	19 030
Juros e rendimentos similares		18 718	21 666
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-368 135	-299 773
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		667	1 582
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		667	1 582
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 816 073	4 587 967
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 169 062	3 816 073

Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Cidade, 16 de Março 2021

O Contabilista Certificado nº. 75530

Elisabete Albuquerque

O Conselho da V.O.T.S.F.C.

Artur da Silva
João Mendes

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA CIDADE

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS dez/19

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	1 722 476	10 384 943	5 536 181	227 223	-299 332	17 571 491
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação RLE de 2018				-299 332		299 332	0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				-229 294	-18 669		-247 963
	2	0	0	-528 626	-18 669	299 332	-247 963
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					-441 516	-441 516
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-142 184	-142 184
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
	5	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	6=1+2+3+5	1 722 476	10 384 943	5 007 555	208 554	-441 516	16 882 012

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA CIDAD

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS dez/20

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	1 722 476	10 384 943	5 007 555	208 554	-441 516	16 882 013
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação RLE de 2019				-441 516		441 516	0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				-441 516	-18 669		-18 669
	7	0	0	-441 516	-18 669	441 516	-18 669
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					-2 371 992	-2 371 992
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8					-1 930 476	-2 390 661
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
	10	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	6+7+8+10	1 722 476	10 384 943	4 566 040	189 885	-2 371 992	14 491 351



Anexo

(As quantias estão expressas em euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

Este documento contém as divulgações pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF – ESNL), que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em referência ao exercício de 2020.

1. Identificação da Entidade

A Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade, adiante designada por VOTSFC, é uma instituição sem fins lucrativos, tendo-lhe sido concedido o estatuto de IPSS conforme publicação no Diário da República de 11/12/1989, Série III, com sede em Lisboa, na Rua Serpa Pinto, nº 7.

A Fraternidade da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade foi erigida no início do século XVII (1615), no reinado de D. João IV.

Em 1672, Frei Domingos da Cruz decidiu fundar 3 enfermarias, que, mais tarde deram origem ao Hospital da Ordem Terceira. Em 1755, o hospital e o convento ficaram destruídos com o grande terramoto de 1 de Novembro, tendo sido adquirido em 1770 um terreno para a construção do novo hospital, que ficou concluído em 1779.

A Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade presta serviços na área da saúde (consultas, exames médicos, cirurgias e internamento) e gere a Casa de S. Francisco, valência com proximidade social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o regime de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), conforme disposto no Decreto-lei 36-A/2011 de 9 de Março, o qual faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 de Julho, ambos com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º8259/2015 de 29 de Julho – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria n.º218/2015 de 23 de Julho – Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria n.º220/2015 de 24 de Julho – Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL);

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC-ESNL.

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela VOTSFC na preparação das demonstrações financeiras foram consistentemente aplicadas aos dois períodos apresentados e descrevem-se abaixo:

3.1.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.2. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a VOTSFC avaliou e considera ter todas as condições para continuar a operar no futuro, mantendo o seu nível de atividade de prestação de serviços cumprindo os seus fins estatutários (ver mais detalhes na Nota 25).

3.1.3. Regime do Acréscimo

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas de Balanço.



3.1.4. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.5. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

A informação considerada relevante quanto à sua natureza e materialidade terá apresentação separada nas demonstrações financeiras discriminadas nas notas deste anexo.

3.1.6. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL.

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

3.1.7. Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. A informação comparativa foi incluída ainda na informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

Respeitando o Princípio da Continuidade da VOTSFC, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os *Ativos Fixos Tangíveis* encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, bem como os custos diretamente atribuíveis às atividades

necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a VOTSFC tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas. As grandes reparações que permitam atividades presentes e futuras adicionais são registadas como Ativos Fixos Tangíveis.

Os Ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais por imparidades acumuladas.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4-16
Equipamento de transporte	8
Outros activos fixos tangíveis	4-16

A VOTSFC revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o método de depreciação e o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

3.2.2. Imparidades

A VOTSFC avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a entidade estima a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhece nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados.

As Propriedades de Investimento são reconhecidas com Ativos Fixos Tangíveis.

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As *Propriedades de Investimento* são registadas pelo seu custo de aquisição ou valor atribuído no caso de doações. As depreciações são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica *Gastos de depreciação e de amortização*, e são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

A imparidade das Propriedades de Investimento é determinada tendo por base os critérios descritos nos Ativos Fixos Tangíveis.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os *Ativos Intangíveis* encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

A imparidade das Propriedades de Investimento é determinada tendo por base os critérios descritos nos Ativos Fixos Tangíveis.

3.2.4. Inventários

Os *Inventários* estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido.

A VOTSFC adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

No final do ano a entidade avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existe uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;

Este ponto é aplicável a todos *Instrumentos Financeiros*.

Créditos a receber

Os *Cientes* e os *Outros Ativos Correntes* encontram-se registados pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das *Perdas por Imparidade*, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As *Perdas por Imparidade* são registadas na sequência de eventos ocorridos que, através de informação recolhida, apontam que o saldo em dívida não será recebido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

Outros ativos financeiros

À data de relato a VOTSFC avalia todos os seus ativos financeiros à cotação de 31 de Dezembro por contrapartida de resultados.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica *Caixa e depósitos bancários* inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em *Fornecedores* e *Outros passivos correntes* são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica *Fundos Patrimoniais* constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os *Fundos Patrimoniais* são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Provisões, Ativos e passivos contingentes

Periodicamente, a VOTSFC analisa eventuais obrigações presentes (legais ou construtivas) que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade. Assim, a VOTSFC reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a VOTSFC reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

3.2.9. Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade de saldo a receber, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido

3.2.10. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores, independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de gastos com o pessoal:

- Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi



reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

3.2.11. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.2.12. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o NCRF-ESNL, a Direção utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras da entidade são como segue:

- Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas pela entidade.

- Reconhecimento de prestações de serviços e de gastos inerentes

A Entidade reconhece os réditos e os respetivos gastos no momento em que os mesmos se tornam efetivos, ou seja, no momento em que a prestação de serviços é efetuada ou o gasto é realizado.

A utilização deste método requer que a entidade estime:

- Os réditos de serviços a prestar inerentes aos gastos efetivos já registados;
- Os gastos a reconhecer inerentes a serviços já prestados e já totalmente reconhecidos como rédito do exercício.

- Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo referente a créditos a receber.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

A entidade constitui imparidades para clientes sobre os créditos vencidos, analisados caso a caso, onde calcula um ajustamento de 100% da dívida vencida.

3.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A entidade não fez qualquer alteração voluntária às Políticas Contabilísticas e/ou Alterações de Estimativas no atual período, razão pela qual as divulgações requeridas sobre este tema não são aplicáveis.

4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019

Activos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais	420 471	0	0	-31 408	0	389 062
Edifícios e outras construções	13 868 855	72 905	0	-327 371	0	13 614 389
Equipamento básico	6 270 500	197 045	1 795 417	0	0	4 672 128
Equipamento de transporte	26 152		0	0	0	26 152
Equipamento administrativo	2 552 791	73 544	136 917	0	0	2 489 419
Outros activos fixos tangíveis	165 417	8 465	1 379	0	0	172 503
Investimentos em curso	36 197			-36 197	0	0
Total	23 340 382	351 960	1 933 713	-394 976	0	21 363 653
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	6 585 263	327 398	0	-203 085	0	6 709 575
Equipamento básico	5 478 107	246 613	1 758 934	0	0	3 965 786
Equipamento de transporte	26 152		0	0	0	26 152
Equipamento administrativo	1 775 049	123 162	136 791	0	0	1 761 420
Outros activos fixos tangíveis	123 036	10 175	1 321	0	0	131 889
Total	13 987 606	707 348	1 897 046	-203 085	0	12 594 822
Valor Líquido Contabilístico	9 352 776	-355 387				8 768 831

31 de Dezembro de 2020

Activos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	389 062	0	0		0	389 062
Edifícios e outras construções	13 614 389	72 111	0			13 686 500
Equipamento básico	4 672 128	126 796	0	0	0	4 798 924
Equipamento de transporte	26 152		14 286	0	0	11 866
Equipamento administrativo	2 489 419	131 452	0	0	0	2 620 870
Outros activos fixos tangíveis	172 503	3 028	0	0	0	175 531
Investimentos em curso	0	1 599	0	0	0	1 599
Total	21 363 653	334 985	14 286	0	0	21 684 353
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	6 709 575	330 527	0	0	0	7 040 102
Equipamento básico	3 965 786	214 032	0	0	0	4 179 817
Equipamento de transporte	26 152		14 286	0	0	11 866
Equipamento administrativo	1 761 420	141 555	0	0	0	1 902 975
Outros activos fixos tangíveis	131 889	10 497	0	0	0	142 386
Total	12 594 822	696 611	14 286	0	0	13 277 147
Valor Líquido Contabilístico	8 768 831	-361 625				8 407 206

Em 2019 foi feita uma atualização do cadastro de imobilizado, sendo retirados bens que já não estavam afetos à atividade e que se encontravam totalmente amortizados, sendo na sua maioria aparelhos médico-cirúrgicos diversos.

Os aumentos do ano respeitam essencialmente à aquisição de aparelhos médico-cirúrgicos e equipamentos informáticos.

4.1. Propriedades de Investimento

No que concerne às *Propriedades de Investimento* os movimentos ocorridos, nos períodos de 2019 e 2020, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2019

Propriedades de Investimento	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições	Alienações	Transferências	Depreciações do exercício	Saldo em 31-Dez-2019
Edifícios Alhandra	4 739	0	0	0	-212	4 528
Andar Linda-a-Velha	26 736	0	0	0	-599	26 137
Edifício Damaia	60 538	0	0	0	-1 088	59 450
Loja Tomás da Anunciação	120 294	0	0	0	-1 876	118 418
Edifício R Serpa Pinto Nº 5	0	0	0	155 694	-7 470	148 223
Total	212 306	0	0	155 694	-11 243	356 756

31 de Dezembro de 2020

Propriedades de Investimento	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições	Alienações	Transferências	Depreciações do exercício	Saldo em 31-Dez-2020
Edifícios Alhandra	4 528	0	0	0	-212	4 316
Andar Linda-a-Velha	26 137	0	0	0	-599	25 538
Edifício Damaia	59 450	0	0	0	-1 088	58 363
Loja Tomás da Anunciação	118 418	0	0	0	-1 876	116 543
Edifício R Serpa Pinto Nº 5	148 223	0	0	0	-7 470	140 753
Total	356 756	0	0	0	-11 243	345 513

De referir que em 2019 foi reclassificada para propriedade de investimento o Edifício da Rua Serpa Pinto n.º 5, tendo em conta a celebração do Acordo em fevereiro de 2019. A esta data ainda aguardamos os respetivos licenciamentos para que seja efetivamente ativado.

5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019

Activos Intangíveis	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Programas de Computador	638 726	10 066	0	0	0	648 792
Investimentos em curso	6 326	15 727	0	0	0	22 053
Total	645 052	25 793	0	0	0	670 845
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	586 571	41 269	0	0	0	627 841
Total	586 571	41 269	0	0	0	627 841
Valor Líquido Contabilístico	58 480	-15 476				43 004

31 de Dezembro de 2020

Activos Intangíveis	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Programas de Computador	648 792	53 756	0	0	0	702 548
Investimentos em curso	22 053	52 706	0	-50 553	0	24 205
Total	670 845	106 461	0	-50 553	0	726 753
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	627 841	35 512	0	0	0	663 353
Total	627 841	35 512	0	0	0	663 353
Valor Líquido Contabilístico	43 004	70 949				63 400

Os aumentos do ano respeitam essencialmente à aquisição de softwares.

6. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a VOTSFC, detinha os seguintes *Investimentos Financeiros*:

Descrição	dez/20	dez/19
Outros Investimentos Financeiros	26 158	20 279
Fundo de Compensação do Trabalho	26 053	20 174
Papeis de Crédito	11	11
Renda Perpétua	94	94
Total	26 158	20 279

O aumento do ano nesta rubrica reflete a contribuição do ano.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2020 a rubrica *Inventários* apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020
Mercadorias	532 581	3 289 452	-12 536	528 499	2 083 629	11 812	409 008
Total	532 581	3 289 452	-12 536	528 499	2 083 629	11 812	409 008

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 280 998	2 214 933
----------------------------------------------------------	-----------	-----------

Os inventários são compostos maioritariamente por materiais hospitalares e medicamentos.

8. Créditos a receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica *Clientes* encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	dez/20	dez/19
Clientes e Utentes c/c	5 528 619	4 427 146
Clientes	5 388 613	4 287 141
Clientes de cobrança Duvidosa	140 006	140 006
Perdas por Imparidade em Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-140 006	-140 006
Clientes	-140 006	-140 006
Total	5 388 613	4 287 141

Não foram registadas perdas por imparidade durante o período de 2020.

Do valor de clientes apresentado, cerca de 5.064K euros representa valores em dívida de clientes Estado. Sendo que, a variação do ano reflete o atraso no pagamento das mesmas entidades.

9. Estado e outros entes públicos

A rubrica de *Estado e outros Entes Públicos* está dividida da seguinte forma:

Descrição	dez/20	dez/19
Activo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 514	5 167
Total	2 514	5 167
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	59 247	57 826
Segurança Social	75 569	78 121
Outros Impostos e Taxas (IVA A PAGAR)	0	1 035
Total	134 816	136 982

10. Outros Ativos Correntes

A rubrica *Outros Ativos Correntes* tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	dez/20	dez/19
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 623 874	5 259 651
Outros Devedores	85 140	65 251
C.G.D. Obrigações	797 731	805 037
Total	2 506 745	6 129 939

A conta *Devedores por acréscimos de rendimentos* diz respeito à especialização de receita relativa a atos médicos do período para os quais ainda não ocorreu a respetiva faturação, sendo sobretudo atos relativos ao SIGIC.

11. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica *Diferimentos* englobava os seguintes saldos:

Descrição	dez/20	dez/19
Gastos a reconhecer		
Seguros	5 551	31 611
Outros	18 742	21 437
Total	24 292	53 049
Rendimentos a reconhecer		
Rendas imóveis	1 628	1 696
Total	1 628	1 696

12. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de *Caixa e Depósitos Bancários*, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	dez/20	dez/19
Caixa	15 050	1 271
Depósitos à ordem	1 351 295	1 107 265
Depósitos a prazo	1 004 986	1 902 500
Total	2 371 331	3 011 036

Os valores apresentados encontram-se disponíveis para uso.

13. Fundos Patrimoniais

Nos *Fundos Patrimoniais* ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	1 722 476	0	0	1 722 476
Reservas	10 384 943	0	0	10 384 943
Resultados transitados	5 007 555		-441 516	4 566 040
Outras variações nos fundos patrimoniais	208 554	0	-18 669	189 885
Total	17 323 528	0	-460 185	16 863 344

A variação respeita à aplicação do Resultado Líquido de 2019 e as outras variações à reclassificação para resultados da reserva resultante das doações de ativos tangíveis.

14. Financiamentos Obtidos

O saldo da rubrica de *Financiamentos obtidos* é discriminado da seguinte forma:

Descrição	dez/20			dez/19		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Locações Financeiras	3 524		3 524	9 979	5 821	15 801
Outros Empréstimos	-		-	40		40
Total	3 524	-	3 524	10 019	5 821	15 840

Locações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2020, a Entidade tem os seguintes bens em regime de Locação Financeira:

Descrição	dez/20			dez/19		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	3 524		3 524	9 979	-	9 979
De um a cinco anos			-	5 821	-	5 821
Total	3 524	-	3 524	15 801	0	15 801

15. Fornecedores

A rubrica *Fornecedores* desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	dez/20	dez/19
Fornecedores c/c	849 137	1 405 860
Total	849 137	1 405 860

16. Outros passivos correntes

A rubrica *Outros Passivos Correntes* desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	dez/20		dez/19	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0	4 475	0	1 466
Remunerações a pagar		4 480	0	1 397
Sindicatos		-5	0	70
Adiantamentos de clientes		302 465	0	396 374
Credores por acréscimos de gastos		3 613 156	0	4 214 610
Outros credores		144 227	0	148 861
Total	0	4 064 324	0	4 761 312

A conta *Credores por acréscimos de gastos* diz sobretudo respeito à especialização dos honorários clínicos de atos já praticados, ainda não faturados, e às férias e subsídio de férias, cujo direito foi adquirido em 2020, a pagar em 2021.

Esta rubrica foi adicionada aos outros passivos correntes de acordo com a NCRF-ESNL.

Os outros credores englobam essencialmente honorários clínicos, já apurados, por pagar e mensalidades da Casa de S. Francisco.

17. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes serviços prestados:

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços	9 196 976	14 530 751
Receitas Diversas	594	667
Descontos e abatimentos em vendas	6 462	0
Total	9 204 032	14 531 418

O decréscimo verificado reflete a redução da atividade justificada pela pandemia e pela redução das intervenções SIGIC.

18. Subsídios, doações e legados à exploração

Para os períodos de 2020 e 2019 foram registados os seguintes montantes em subsídios, referentes a valores monetários:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo	151 756,05	0
Incentivo Extraordinário à normalização da atividade empresarial (IENAE)	151 756,05	0
Doações	(628,57)	1 582
Total	151 127	1 582

O valor registado respeita aos subsídios de compensação recebidos no âmbito do Layoff.

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos *Fornecimentos e serviços externos* nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Serviços especializados, dos quais:	4 622 838	6 464 760
Honorários	3 587 944	5 490 761
Trabalhos Especializados	683 483	636 005
Conservação e reparação	190 128	185 642
Materiais	41 897	76 370
Energia e fluidos	184 156	202 254
Deslocações, estadas e transportes	4 953	13 884
Serviços diversos, dos quais:	289 232	309 494
Seguros	40 774	27 820
Comunicação	22 176	21 010
Rendas e Alugueres	124 190	155 546
Total	5 143 075	7 066 763

A redução significativa de fornecimentos e serviços externos deve-se essencialmente à diminuição do custo com honorários médicos refletindo a diminuição de atividade.

20. Gastos com o pessoal

Os órgãos sociais da Venerável Ordem de S. Francisco da Cidade são o Conselho da Fraternidade, constituído por 7 membros, o Conselho Fiscal, constituído por 3 membros, e a Mesa da Assembleia Geral, constituída por 3 membros.

Os órgãos sociais da VOTSFC não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2019 e em 2020 ascendeu a 204 e 196 empregados, respetivamente.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários em 2020 e 2019 foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações do Pessoal	3 029 954	3 220 076
Indemnizações	3 783	18 476
Encargos sobre as Remunerações	625 794	704 789
Seguro Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	45 066	49 645
Outros Gastos com o Pessoal	9 533	14 372
Total	3 714 130	4 007 359



21. Aumentos/Redução de Justo Valor

Nos períodos de 2020 e 2019 foram registados os seguintes aumentos/reduções:

Descrição	2020	2019
Perdas por reduções de Justo valor	-9 833	-6 513
Ganhos por aumentos de justo valor	145	1 079
Total	-9 688	-5 434



Estes valores resultam da atualização das aplicações financeiras de acordo com os valores de mercado a 31 de dezembro de 2020.

22. Outros rendimentos

A rubrica de *Outros rendimentos* em 2020 e 2019 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	11 166	30 864
Descontos de pronto pagamento obtidos	7 050	9 835
Ganhos em inventários	51 911	31 602
Rendimentos nos restantes activos financeiros	0	800
Rendimentos em investimentos não financeiros	17 427	17 427
Outros rendimentos	95 051	169 207
Total	182 605	259 735

Uma vez que os juros suportados e os juros obtidos incluídos nos *Outros Gastos* e *Outros Rendimentos*, respetivamente, por não se tratarem de gastos/rendimentos de financiamento, a Demonstração dos Resultados não apresenta resultados financeiros.

No entanto, para uma melhor compreensão dos gastos e rendimentos obtidos com as aplicações financeiras, apresentamos o mapa seguinte a que chamámos de Resultados Financeiros:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Perdas por Reduções do Justo Valor	9 833	6 513
Total	9 833	6 513
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	18 718	21 666
Ganhos por Aumentos de Justo Valor	145	1 079
Outros rendimentos similares		
Total	18 862	22 745
Resultados financeiros	9 029	16 233

23. Outros gastos

A rubrica de *Outros gastos* em 2020 e 2019 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	2 268	7 434
Descontos de pronto pagamento concedidos	15 807	14 773
Perdas em inventários	31 482	41 377
Gastos investimentos não financeiros	8 617	17 427
Outros Gastos	26 390	32 826
Total	84 565	113 837

24. Outras divulgações

Em 2018, a VOTSFC recebeu por meio de dois ofícios uma comunicação do Instituto Público de Gestão Participada relativamente à necessidade de regularizar parte da faturação realizada e paga pelo Hospital à ADSE, relativa a serviços prestados nos exercícios de 2015 e 2016, num montante total de, 179 milhares de euros e 189 milhares de euros, respetivamente. A Entidade apresentou, em fevereiro de 2019, pronúncia em sede de audiência prévia argumentando que o pedido de correção havia sido ilegal e incorreto e conseqüentemente a revogação da intenção de qualquer acerto de pagamento. O processo não conheceu outra evolução desde esse momento. A VOTSFC, suportada pelos seus assessores legais, entende que as regularizações comunicadas pelo cliente não são justificadas e como tal as mesmas não são devidas, pelo que as presentes demonstrações financeiras não consideram o possível impacto que a situação descrita poderia ter.

25. Impactos resultantes da pandemia (COVID-19)

O ano de 2020 foi marcado por uma crise sem precedentes à escala mundial, desencadeada pela pandemia COVID-19 que causou efeitos devastadores em termos humanos, sociais, económicos e financeiros. Neste contexto, no sector da saúde em geral, e particularmente no Hospital da Ordem Terceira Chiado (HOTC), os impactos já sentidos provocaram uma redução significativa da atividade em pelo menos um terço face ao ano anterior.

O HOTC acionou os mecanismos disponíveis e adotou políticas que permitiram minimizar os impactos negativos potenciais para os seus colaboradores sem pôr em causa a continuidade das suas atividades para o futuro.

Algumas dessas medidas passaram por:

- Garantir a manutenção dos postos de trabalho, quer das pessoas do quadro, quer dos contratados a termo quer ainda das pessoas a trabalhar em regime de avença (não



esquecendo que se trata de uma instituição de solidariedade social com objetivos sociais de ajuda ao próximo);

- Não fechar nunca o Hospital e reduzir apenas alguns dos serviços (como é o caso do atendimento 8-20);
- Implementação do regime do teletrabalho sempre que possível;
- Aquisição de materiais e equipamentos de proteção (como divisórias, gel, mascaras, etc.), de acordo com as recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS);
- Candidatura às medidas excecionais e de apoio ao emprego e à economia disponíveis, mais concretamente o *layoff*.

Estas políticas tiveram, como esperado, um impacto negativo a nível económico e financeiro, mas permitiram ao Hospital garantir o emprego a todos os colaboradores e preparar a retoma com todos os recursos necessários, garantindo assim as condições necessárias para um regresso à normalidade ao mesmo tempo que se evitou o agravamento do desemprego e, conseqüentemente, de maiores problemas familiares e sociais.

O HOTC tem vindo a reestruturar a sua atividade com a reorganização dos seus serviços, nomeadamente com a redução das cirurgias SIGIC (por existirem atrasos significativos dos hospitais públicos e maior necessidade de esforço de tesouraria) e o foco na consolidação das atividades que trazem maior rentabilidade.

No entanto, conforme referido acima, a redução da atividade em mais de um terço trouxe conseqüências ao nível do desempenho financeiro, tendo o HOTC registado um resultado líquido do período negativo de 2.371.992 Euros.

No entanto, o rácio de Capital Próprio de 74% face ao Ativo, uma tesouraria solida sem recurso a financiamento externo (com mais de 2,3 milhões em disponibilidades imediatas, cerca de 12% do Ativo), a sua estrutura de pessoal consolidada e experiente, deixa o HOTC com forte otimismo na recuperação durante os próximos anos. A sua condição de capitalizada em detrimento de outras que se encontram com maior endividamento, é um fator distintivo nessa retoma.

Face ao contexto descrito acima, é convicção do órgão de gestão que mesmo que a retoma dos serviços médicos não ocorra de uma forma imediata, derivado do medo das pessoas em recorrer com normalidade aos serviços de cuidados de saúde, (sendo esperada uma retoma lenta da atividade com poucos reflexos ainda em 2021), as medidas adotadas para minimizar os impactos desta pandemia não põem em causa a continuidade das operações. A reestruturação de serviços em curso, as necessidades de serviços de saúde com a conseqüente retoma às consultas, aos

exames e às cirurgias, que foram adiadas pela pandemia, terão impactos mais positivos para os anos seguintes.

Face ao acima exposto, é entendimento do órgão de gestão que a continuidade das operações do hospital não está colocada em causa. Por esse motivo, as demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade.

26. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

É, no entanto, de referir que, desde o dia 15 de janeiro de 2021, o Governo Português tem declarado novos períodos de estado de emergência, obrigando a novos confinamentos devido à continuação da disseminação do coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19). Não obstante as incertezas, e a ausência de quantificação dos impactos gerados pela atual situação descrita, o Órgão de Gestão entende que o pressuposto de continuidade das operações, consubstanciado pelo descrito na nota 3.1.2 e na nota 25, se mantém apropriados.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

27. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A VOTSFC não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da VOTSFC perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários estimados a serem faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o exercício de 2020, serão no montante de 12.500,00€ (valor sem IVA incluído), desde modo foi este o valor provisionado para este exercício.

Lisboa, 16 de março de 2020

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº 75530



O CONSELHO DA VOTSFC

